

UMA ENTREVISTA COM SCOTT SCHWENTER

Scott Schwenter¹

Luana Lamberti Nunes²

Scott Schwenter é professor de Linguística Hispânica no Departamento de Espanhol e Português na Ohio State University. Ele estuda variação morfossintática e pragmática, tanto em espanhol como em português. Seus trabalhos mais recentes têm versado sobre a variação entre as formas participiais em construções perfectivas em português, sobre entrincheiramento e persistência na mudança linguística, sobre o caso do passado subjuntivo em espanhol e sobre a concordância negativa variável em português brasileiro. O professor Schwenter deu contribuições importantes para o campo da Linguística Hispânica ao usar diferentes metodologias, tais como pesquisa experimental e baseada em *corpus*, para investigar fenômenos pragmáticos e morfossintáticos em espanhol e português.

Especificamente sobre o português brasileiro, Schwenter apresentou uma hipótese testável sobre o crescente fenômeno da dupla negação, usando explicações baseadas na estrutura informacional para descrever suas restrições pragmáticas. Além disso, o professor Schwenter também contribuiu com o estudo de objetos expressos em PB, sugerindo que o pronome expresso é usado para sinalizar um efeito de marcação, ou seja, os objetos prototípicos (inanimados, não específicos) são nulos; os objetos não prototípicos são marcados com pronomes expressos.

Nesta entrevista, Schwenter fala sobre os desafios teóricos e metodológicos na pesquisa em variação, pragmática e suas interfaces.

¹ Ohio State University. Webpage: <https://linguistics.osu.edu/people/schwenter.1>

² Mestre em Linguística pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. Doutoranda em Hispanics Linguistics e GTA em Espanhol/Português na Ohio State University.

NUNES – Onde podemos traçar uma linha divisória entre Semântica e Pragmática?

SCHWENTER – Na teoria, essa linha é muito clara: significado codificado *vs.* significado contextual. Nesse sentido, eu concordo com pesquisadores como Mira Ariel (como em seu livro *Defining Pragmatics*, CUP, 2010), especialmente porque eu não acredito em uma semântica de condições de verdade – tem muito significado codificado que não tem absolutamente nada a ver com as condições de verdade. Realmente, Grice parece ter percebido isso em 1967, quando ele criou sua própria “lata de lixo” para a implicatura convencional. O único motivo pelo qual ele chamou o fenômeno de “implicatura”, apesar de ter significado codificado, foi porque não era relacionado, em sua natureza, com as condições de verdade. Felizmente, Potts (2007) percebeu isso e criou uma abordagem completamente nova para a implicatura convencional, que não teve de fingir que era pragmática, e acho que essas duas áreas estão muito melhores separadas mesmo.

Dito isso, essa divisão é muito facilmente identificável na teoria, mas extremamente difícil na prática! Qualquer um que já tenha trabalhado com mudança semântica sabe disso muito bem: quando é que certo componente do significado se torna “codificado”? Ou “codificado o suficiente” para que seja chamado de semântico e não de contextual? Essas são perguntas muito difíceis, cujas respostas estão ainda longe de serem alcançadas.

NUNES – Considerando o fato de que você tem uma vasta publicação sobre a variação entre pronomes nulos e expressos nas línguas românicas, qual é a principal característica ou a principal generalização entre o português e o espanhol no que diz respeito a esse fenômeno?

SCHWENTER – Bem, em geral as pessoas tendem a acreditar que os objetos nulos em espanhol existem apenas em variedades de contato, mas os trabalhos de Assela Reig (2009, 2015, 2016) mostraram que isso está longe de ser verdade. Existe uma grande variação entre as formas nulas e expressos percorrendo os dialetos de espanhol no que diz respeito aos objetos diretos com referentes proposicionais, e Reig descobriu

essa variação em sua pesquisa. O mais interessante no seu trabalho com o português é que ele sugere que os objetos nulos referenciais em espanhol têm seu ponto de início em proposições, o que é precisamente o que o estudo clássico de Cyrino (1997) mostrou para os objetos nulos em português. Então, estamos de fato olhando para um caso em que o espanhol está logo atrás do português em uma espécie de caminho evolutivo. Obviamente, permanece uma questão em aberto saber se os objetos nulos vão continuar se expandindo em espanhol, mas há alguns contextos particulares em que eles são de fato a opção mais favorecida em alguns dialetos, e.g. quando co-ocorrem com um clítico dativo (*te lo dije* → *te dije*).

Além dessa similaridade de superfície, eu acho que existe uma similaridade mais profunda entre o espanhol e o português. É algo que eu discuti no meu artigo de 2006, *Null Objects across South America*. A marcação diferencial de objeto (DOM, do inglês *differential object marking*) em espanhol acontece basicamente com os mesmos referentes de objeto direto que são manifestos como pronomes tônicos no vernáculo atual do português brasileiro (por exemplo, *A Maria viu ele ontem*). Já os referentes de objeto direto que ocorrem sem DOM em espanhol, por outro lado, são os mesmos que ocorrem como objetos nulos em PB. Essa generalização é surpreendente, e eu fiquei realmente chocado que nunca ninguém tinha notado isso: os referentes prototípicos de objetos diretos em ambas as línguas não recebem nenhuma marcação especial, ao passo que os referentes atípicos recebem. A marca de DOM em espanhol é a preposição *a* e em português é um pronome explícito. Esse é um caso claro de motivação icônica e de isomorfismo entre forma e função. Então, mesmo que, estritamente falando, o português não tenha mais marcação diferencial do objeto (exceto com o substantivo *Deus*), claramente há aí um sistema diferencial de marcação de referentes em objetos diretos anafóricos.

NUNES – Qual é a importância de o método variacionista ser aplicado à pesquisa de fenômenos pragmáticos?

SCHWENTER – Eu acho absolutamente crucial, mas, ao mesmo tempo, ele não pode substituir a pesquisa pragmática qualitativa. Para quase todos os casos de variação morfossintática, sempre houve uma necessidade de pesquisa pragmática para que se

pudesse determinar o “envelope de variação” laboviano (ou “variável contextual”). Então, quando estudamos, por exemplo, a alternância entre os objetos diretos anafóricos nulos ou explícitos, temos de usar hipóteses pragmáticas para que possamos delimitar o conjunto de contextos em que essa variação é possível (mesmo se for improvável) e, assim, determinar quais ocorrências devem ser incluídas na análise. Além desse passo inicial necessário, acredito que análises de variação morfossintática se beneficiam amplamente de explicações pragmáticas, mesmo quando essas explicações ainda não forem sofisticadas (por exemplo, mesmo quando forem descritivamente meras intuições como “enfático” ou “contrastivo”). A teoria pragmática já avançou o suficiente para que possa fornecer mais conteúdo e poder explanatório a tais noções intuitivas. Ao mesmo tempo, as ferramentas da linguística variacionista, como a análise quantitativa usando técnicas estatísticas avançadas, nos permite definir – com muito maior precisão do que antes – exatamente quais restrições regulam os fenômenos pragmáticos. A relação entre análise da variação e a pragmática, portanto, é uma relação sinérgica que pode melhorar consideravelmente a validade e a confiabilidade de nossas análises. Ao mesmo tempo, ser explícito sobre tais métodos nos permite desenvolver a pesquisa de maneira muito mais replicável do que já foi no passado, quando a teorização de poltrona ainda era a norma na pragmática. Ainda bem – na minha opinião –, esse tipo de pesquisa (na sintaxe e na semântica também) está se tornando a regra geral.

NUNES – Quais são os prós e os contras de usarmos *corpus* e experimentos para investigarmos fenômenos pragmáticos?

SCHWENTER – Acho que essa questão foi em parte respondida na resposta à pergunta anterior, uma vez que os dados de *corpus* estão intimamente relacionados à pesquisa variacionista. Mas devemos esclarecer que também existem estudos que usam *corpus* e que não são variacionistas, além de existirem pesquisas de cunho variacionista que não são baseados em *corpus*. Uma das principais vantagens do *corpus* é que ele pode ser bem útil para permitir ao pesquisador enxergar quais são as possibilidades para qualquer fenômeno que ele ou ela estejam interessados em investigar. Há tantas afirmações na literatura linguística do tipo “a expressão X não é possível no contexto Y”, e muitas vezes um simples busca no Google vai mostrar que

tal afirmação simplesmente não é verdadeira. O Twitter é especialmente bom para isso – usamos recentemente, por exemplo, em um estudo que desenvolvi com alguns alunos, em que encontramos formas de participios passados irregulares, como *peço* e *trago*, com o verbo *ter*. Alguns falantes nos disseram explicitamente que tais formas não eram usadas (e elas, de fato, não constam em gramáticas ou manuais do português), mas elas aparecem em todo o lugar no Twitter. Não estou querendo dizer que os métodos “de poltrona” não têm seu lugar na pragmática – porque eles têm. Mas o que os *corpora*, o Twitter e outros tipos de dados de fala natural podem fazer é nos ajudar a decidir exatamente que tipos de contextos queremos testar quando estivermos desenvolvendo um trabalho de poltrona. Para mim, essa é a maior vantagem. A principal desvantagem, obviamente, é que nem tudo vai aparecer no *corpus*, e pode haver contextos que estejam faltando no *corpus*. Contudo, eu considero as compensações muito mais positivas e, por isso, encorajo o uso de *corpus* na pesquisa pragmática, seja ela quantitativa ou qualitativa.

Com respeito aos experimentos, seu uso para a pesquisa de fenômenos pragmáticos é bem novo na área, e sua utilidade reside na possibilidade de testar hipóteses muito específicas e precisas que não podem ser determinadas em dados de fala espontâneos. Em outra pesquisa recente com meus alunos, nós olhamos para a alternância entre *te* e *você* como pronomes de objeto direto. Tais usos não são frequentes na fala natural – pelo menos não em dados que podemos obter facilmente – porque ocorrências de segunda pessoa do singular na função de objeto direto não são muito típicas em contextos de entrevistas. Contudo, conseguimos usar as ocorrências que obtivemos para formular hipóteses que poderiam ser testadas através de métodos de pesquisa experimental. Encontramos, particularmente, alguns contextos no Twitter que mostraram a alternância entre os dois pronomes e outros que não mostraram. Montamos, então, os itens de nossa pesquisa baseados nesses contextos, com o intuito de sondar as intuições dos falantes de maneira refinada.

NUNES – Quais são as diferenças e as semelhanças entre o sistema pronominal do português europeu (PE) e do português brasileiro (PB)?

SCHWENTER – Acredito que muitas dessas semelhanças e diferenças são bem conhecidas, como a completa ausência do pronome *vós* no Brasil, o uso rareado de *você* em Portugal e os diferentes usos de *tu* com as formas verbais correspondentes (ou não) em ambos os países! Aquilo com que mais trabalhei, obviamente, foi o sistema de objetos diretos anafóricos, e acredito haver algumas similaridades que foram negligenciadas – especialmente por causa de toda a atenção que tem sido posta nos objetos nulos e sua suposta diferença sintática entre o PB e o PE (como um aparte, também relacionado à questão acima, eu não acho que usar as intuições do linguista nessas diferenças seja absolutamente suficiente! Precisamos desesperadamente de experimentos para testar as hipóteses que estão circulando pela literatura). Um ponto que me incomodou por muito tempo foi sobre o uso inovador dos pronomes tônicos no Brasil, se esse uso fosse, de alguma maneira, um substituto para os pronomes clíticos *o*, *a*, *os*, *as*, que se perderam na fala espontânea em PB, mas não em PE. Em Schwenter (2014) e Sainzmaza-Lecanda & Schwenter (2017), eu finalmente consegui fornecer dados que mostravam que, de fato, os pronomes tônicos de terceira pessoa em PB são usados de modo quase idêntico aos seus correspondentes clíticos em PE. Então, os sistemas de marcação anafórica de terceira pessoa em objetos diretos do PB e do PE são, na verdade, muito parecidos, já que os objetos nulos também aparecem na maior parte dos mesmos contextos (com as supostas exceções que encontramos na literatura sintática sobre o fenômeno). Contudo, como a maior parte das pessoas parece intuir, os objetos nulos são muito mais frequentes em PB do que em PE, apesar de que o artigo que começou esse fluxo de pesquisa no assunto tenha sido Raposo (1986), sobre o PE! Acho que, em geral, o que está acontecendo com o PB é uma mudança radical para longe dos clíticos (talvez com uma exceção, o clítico *me*), em direção às formas tônicas. Eu acho que, eventualmente, até mesmo o *te* acabará sendo substituído pelo *você* em função de objeto direto, pelo menos na maioria dos dialetos que usam o *você* como pronome sujeito. Repare, contudo, que, na nossa pesquisa sobre a variação entre *te/você* como pronomes de objeto direto, mesmo os falantes da pesquisa que disseram usar mais (ou apenas) *tu* como pronome sujeito mostraram intuições claras sobre em que contextos o uso de *você* era possível, e essas intuições foram semelhantes às dos

falantes que escolheram *você* como principal (ou único) pronome usado na função de sujeito. Em resumo, eu acho que há muito mais para ser estudado sobre os pronomes em português, tanto em PB como em PE!

NUNES – Quais são as principais diferenças entre as pesquisas variacionistas que têm sido feitas nos Estados Unidos em comparação com as que têm sido feitas no Brasil? O que poderia melhorar nessa área no Brasil?

SCHWENTER – Não há dúvidas de que o PB (e também o espanhol) têm contribuído muito para o desenvolvimento da pesquisa variacionista. Obviamente, no Brasil, o movimento variacionista foi capitaneado por Anthony Naro (um aluno de Labov), quando de sua chegada ao país, e tem continuado a crescer desde então. A tese de Gregory Guy (1981) sobre o PB também foi crucial e levou a muitas outras pesquisas sobre fenômenos variáveis no Brasil. Acho que há duas direções principais para melhorar a pesquisa variacionista, não apenas no Brasil: (1) estender a análise variacionista a um conjunto maior de fenômenos; e (2) usar de maneira mais uniforme as técnicas analíticas e estatísticas. Acredito que ambos os pontos têm começado a ser seguidos no trabalho de jovens acadêmicos brasileiros, como Livia Oushiro, que está treinando uma nova geração a usar uma rede mais ampla em seus estudos e que está ensinando técnicas estatísticas avançadas usando o R. Ao mesmo tempo em que vemos uma curva íngreme de crescimento no uso do R, ele é uma ferramenta tão poderosa que faz sentido que qualquer um aprenda a usá-la, especialmente porque essa ferramenta permite a criação de modelos mistos com efeitos randomizados. Isso, como Johnson (2009) apontou em sua crítica mordaz, é algo impossível de ser feito em programas antigos como o GoldVarb. Nos Estados Unidos e na Europa, o R é empregado regularmente e de maneira padrão pelos variacionistas, e eu insisto que os pesquisadores brasileiros deveriam aprender a usá-lo o quanto antes.